

Sessão nº 2 \* 22 de Abril de 2008

«O arquétipo do pároco e a sua formação na obra tridentina de D. Frei João Soares e de D. Frei Bartolomeu dos Mártires» (David Sampaio Barbosa - Universidade Católica Portuguesa)

## APRESENTAÇÃO

O assunto da sessão de hoje é decisivo para quem pretenda conhecer o clero na época Moderna. Trata-se de apurar a configuração do perfil do pároco/cura de almas, sendo que foram estes párocos que, governando as paróquias nas quais se enquadrava a vida religiosa comunitária, foram o pólo nuclear na actuação da Igreja.

No fundo, tratar-se-á de apurar como é que, ao nível do centro da Igreja e a partir de múltiplos contributos, foram definidos os contornos de actuação, competências e formação do cura de almas.

Esses modelos, ou arquétipos, não eram exclusivos dos párocos. Eles existiam também para os cardeais, ou bispos, por exemplo. Na longa Época Moderna, a respeito dos bispos, por exemplo, creio ser possível identificar 4 tipologias que foram dominantes: senhor/príncipe; pastor; político; iluminismo católico.

Mais, nos séculos XVI-XVII, esta tendência para definir padrões de conduta, que se podia integrar na chamada literatura de espelhos, não se circunscreveu ao clero. Encontramo-la em várias outras áreas: espelhos de príncipes, de cortesãos, de cristãos, de pais, de esposas, de filhos. No fundo, por todo o lado se deparou uma tendência destinada a normalizar (civilizar, se quisermos utilizar o conceito de Norbert Elias) e sugerir padrões ideais de comportamento.

Destaco entre os estudos mais importantes que neste domínio se fizeram para Portugal os relativos a espelhos de príncipes (de Ana Isabel Buescu), ou de viúvas e mulheres casadas (da autoria de Maria de Lurdes Fernandes)

Um dos problemas que este género de análises sobre os arquétipos suscitam é o de saber qual a capacidade que estes modelos tiveram para se impor junto daqueles que neles se deviam inspirar e por eles se deviam guiar, ou seja os sacerdotes.

No fundo, averiguar se o padrão ideal, não se limitou ao plano discursivo, para usar conceito caro a Roger Chartier.

Ora, isso implica, também, levantar um grande arsenal de questões que

se configuram como decisivas.

1 - Quais as vias de comunicação destes modelos?

Através da formação nos seminários e colégios?

Por via de livros que contemplavam o modelo? Existiam esses livros nas bibliotecas dos párocos?

Por força da acção pedagógica encetada pelos prelados?

2 - Como aferir o verdadeiro impacto que este modelo teve nas condutas dos párocos?

A este nível, desde logo se coloca o problema das fontes que o permitiriam apurar.

3 - Que contributo teve a elaboração destes arquétipos para marcar a distinção entre o clero e os leigos? Uma vez que, em boa medida, esta revalorização do sacerdócio e a reafirmação do sacramento da ordem se destinava a combater as propostas luteranas do sacerdócio universal.

4 - Que repercussões teve na vida dos fiéis?

Dito de outro modo. O novo modelo de cura de almas tridentino reflectiu-se na vida quotidiana e na piedade dos fiéis? De que modos? Permitiu o acesso a formas mais puras/menos deturpadas do cristianismo? Intensificou o nível de interiorização da mensagem cristã? Alargou, ou não, em função sobretudo da obrigatoriedade de residência dos pastores de almas a capacidade de conferir os sacramentos da Igreja a um contingente maior de pessoas? Limitou-se a ser apenas um instrumento que cavou um fosso, ou se se preferir marcou uma distinção entre os leigos e os clérigos? Contribuiu para a afirmação da autoridade do pároco e por essa via para um aumento da capacidade fiscalizadora e disciplinadora da Igreja sobre os fiéis?

5 - Qual a longevidade do modelo?

A este respeito gostava de assinalar desde já que o esforço de aplicação do arquétipo do pároco como pastor de almas, tal como sistematizado em Trento, não se esgotou no século XVI.

A partir de uma despreziosa sondagem sobre a literatura de espelhos de párocos existente em Portugal, que não está minimamente trabalhada, verifiquei dois aspectos que me parecem importantes. Primeiro, que do rol apurado só uma obra foi impressa no século XVI: CASTELO BRANCO, Afonso de - *Tractado da ordem como se ham de admnistrar os sacramentos da Sancta Madre Igreja, com declaraçam da virtude e uso delles e doctrina que de cada hum se fara ao povo certos dias do anno, com outras cousas necessarias para os curas e mais sacerdotes*. Coimbra: Antonio Mariz, 1587. Segundo, que esta

literatura teve o seu tempo áureo na segunda metade de XVII e primeira metade de XVIII. Destaco: BARRETO, Francisco - *Advertencias aos parochos e sacerdotes do bispado do Algarve*. Lisboa: João Galvão, 1676 (Muito interessante pois o autor era o bispo do Algarve; CAMELO, António Moreira - *Parocho perfeito deduzido do texto sancto e sagrados doutores para a pratica de reger e curar almas*. Lisboa: João da Costa, 1675. COIMBRA, Manoel de - *Espelho de sacerdotes*. Lisboa: João Galvão, 1692. (Tradução de original espanhol); REIS, P. e. António dos - *Instrução de ordinandos tirada do Concílio de Trento, do Ritual e Pontifical Romanos, e dos decretos de S. Carlos Borromeu, na qual em summa se instruem não só os ordinandos no que devem saber sobre cada huma das ordens, mas os confesores em todos os pontos mais essenciaes da Theologia Moral, e os pregadores nas materias predicativas de que costumão ser examinados*. Lisboa: José António da Silva, 1725.; MONTEIRO, Manuel - *O ordinando instruido para a primeira tonsura, ordens menores, de subdiacono, diacono e presbitero*. Lisboa: Of. da congregação do Oratório, 1739.

A questão da existência de um arquétipo do pároco constitui um dos elementos que pode ter contribuído para o que alguma literatura tem tendido a definir como um processo de profissionalização do clero. Desse ponto de vista, a sessão de hoje, pode autorizar-nos a estabelecer uma ponte com um dos aspectos que na sessão pretérita já se assinalou como merecedor de ser revisitado.

No fundo, esta ideia da profissionalização de funções foi um processo que afectou a sociedade europeia em geral, no contexto de um tempo onde gradualmente se foi assistindo ao processo de construção de uma economia de mercado. Nesta perspectiva, o que sucedeu ao clero, não seria, porventura, mais do que um reflexo de algo que estava a suceder em toda a sociedade.

Uma das primeiras vezes que a ideia de profissionalização foi aplicada ao clero, foi num estudo de Rosemary O'Day, de 1979, intitulado "The English clergy: The emergence and consolidation of a profession 1558-1642

A averiguação das potencialidades deste conceito para perceber o que terá sucedido ao clero moderno, pressupõe que se apure até que ponto uma série de critérios inerentes ao processo de profissionalização se detectam, ou não, entre o clero.

Quais são esses critérios:

1 - Em primeiro lugar saber se são peritos que dominam um saber

especializado.

Neste caso do clero o conhecimento da doutrina cristã e ainda competências para executar certas tarefas que lhe estavam reservadas, nomeadamente a administração dos sacramentos. No fundo, se quisermos usar uma linguagem própria dos sistemas de mercado, trata-se de saber se os clérigos tinham saberes/competências que os habilitavam a actuar no mercado bens de salvação.

Isto implica, por um lado, a ideia de uma formação prévia e pré-definida que todos deviam ter e ainda a participação num ritual de passagem, no caso o rito da ordenação, que é liminar para citar Arnold Van Gennep.

2 - O segundo critério implica a existência de fronteiras de inclusão/exclusão que são definidas por uma instituição que certifica competências e define estatutos.

Isso implica a realização de exames que apurem competências e que, simultaneamente, certifiquem capacidades, que fossem realizados por uma instituição que “legitima” os agentes profissionais, e que no caso vertente seria a Igreja através do seu episcopado.

3 - O terceiro critério evoca a ideia de autonomia, isto é, a existência de uma organização colectiva interna, normas de conduta definidas e mecanismos de vigilância e penalizações para os não cumpridores independente de outros poderes e da sociedade em geral.

Teria isto alguma aplicabilidade ao sistema de funcionamento do clero moderno?

4 - O quarto critério seria a existência de uma hierarquização interna de funções/competências/regalias/estatutos.

5 - O quinto critério aponta no sentido da exclusividade da actividade exercida

Isto é, no caso que aqui nos interessa, trata-se de saber se se caminhou no sentido de que o pároco não trabalhasse noutras áreas, não acumulasse a sua função de pároco com actividades agrícolas ou outros ofícios

6 - O sexto critério implica a noção de que a profissão implica a existência de remunerações pelo seu exercício.

Será que se podem considerar assim os benefícios eclesiásticos, pagos em dinheiro ou géneros e que tendem a ser cada vez melhor definidos (os seus montantes) em função das obrigações do seu titular?

7 - Sétimo critério a constituição de formas de distinção exterior, de representação da imagem.

Podem-se entender como expressão desta realidade as prescrições feitas aos párocos relativamente ao uso de traje próprios, a forma do corte de cabelo, barba e até as posturas gestuais e do olhar que igualmente se prescreviam para os párocos (por exemplo, definindo que não devia olhar para a mulher enquanto a confessava)

8 - Deixei para último, um outro critério fundamental, o da definição de um código ético de conduta, dir-se-á o equivalente à deontologia do exercício de uma profissão

E deixei isto para último porque, provavelmente, a definição do arquétipo do pároco é precisamente uma tentativa, em última instância de definição de um *ethos* do cura de almas que serve igualmente como elemento de distinção.

Outro assunto que decorre do objecto que nos ocupará é o de saber qual o papel/influência do episcopado português nos debates e propostas saídas de Trento?

No fundo que contributos deram os prelados lusitanos para a edificação de um modelo de cura de almas.

Por último, num inventário que não tem pretensões de exaustividade, há que apurar o papel das ordens regulares na definição do modelo de clero secular. Repare-se que no caso hoje em apreço um é agostinho (D. João Soares) e outro dominicano.

Tentaram as ordens influenciar o modelo e actuação do clero secular?

Essa influência implicou alguma “regularização” do clero secular?

Este conjunto de problemáticas não pretende ser constrangedor da análise que o nosso orador de hoje fará, nem sequer do debate que se seguirá. Mas intenta, sem dúvida, criar um quadro de pertinência problematizante que auxilie a avaliar as implicações para o os párocos, a Igreja, o cristianismo e para a sociedade em geral, da existência de um arquétipo, ou arquétipos normalizadores do pároco moderno.

*José Pedro Paiva*